

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO PROGRAMA DE EXTENSÃO “PET-SAÚDE: EQUIDADE” EM UMA CIDADE DO NORDESTE DO BRASIL: O RELATO DE UM GRUPO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

CHALLENGES AND POTENTIALS OF THE OUTREACH PROGRAM “PET-SAÚDE: EQUIDADE” IN A NORTHEASTERN BRAZILIAN CITY: THE EXPERIENCE ACCOUNT OF PARTICIPATING UNIVERSITY STUDENTS

Submissão:
14/04/2025
Aceite:
18/08/2025

Allana Shirley Gomes da Silva ¹  <https://orcid.org/0009-0002-2577-7740>

Évily Thaylanne Santos Lima ²  <https://orcid.org/0009-0003-8075-619X>

Flavio Henrique Reis Santos ³  <https://orcid.org/0009-0000-1969-9753>

Guilherme Luiz Alves da Silva ⁴  <https://orcid.org/0009-0009-5650-7015>

Ana Paula Rebelo Aquino Rodrigues ⁵  <https://orcid.org/0000-0001-5174-5238>

Tânia Kátia de Araújo Mendes ⁶  <https://orcid.org/0000-0001-5481-2061>

Resumo

Introdução: O Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde) visa integrar ensino, serviço e comunidade por meio de ações de extensão universitária, com base na interdisciplinaridade, focando na Equidade em sua 11ª edição. Este estudo descreve os desafios enfrentados e as potencialidades registradas por acadêmicos extensionistas do Programa, em unidades de saúde de Maceió, Alagoas. **Método:** Relato de experiência sobre atividades de educação permanente com trabalhadores da saúde, abordando equidade, iniquidades, diversidade de gênero, sexualidade e racismo, realizadas pelo Grupo de Trabalho 2 do Programa, coordenado por duas universidades públicas estaduais entre 2024/2025. **Resultados:** As atividades promoveram avanços na compreensão dos temas, integração interdisciplinar, interação teoria e prática e valorização da educação em saúde, apesar dos desafios, como barreiras estruturais, resistência e indisponibilidade dos profissionais. **Conclusão:** O Programa tem gerado impactos positivos na formação dos estudantes e sensibilizado profissionais para a equidade, promovendo mudanças nas práticas de saúde, mesmo diante dos desafios enfrentados.

Palavras-Chave: PET-Saúde; Atividades de extensão; Equidade; Educação permanente.

¹ Aluna de Graduação da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL allana.silva@academico.uncisal.edu.br

² Aluna de Graduação da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL evely.lima@academico.uncisal.edu.br

³ Aluno de Graduação da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL flavio.santos.2021@alunos.uneal.edu.br

⁴ Aluno de Graduação da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL guilherme.silva.2022@alunos.uneal.edu.br

⁵ Professora da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL ana.rodrigues@uncisal.edu.br

⁶ Professora da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL tania.mendes@uncisal.edu.br

Abstract

Introduction: The Education through Work for Health Program (PET-Saúde) aims to integrate teaching, health services, and community through university outreach initiatives, emphasizing interdisciplinarity and focusing on Equity in its 11th edition. This study describes the challenges faced by the outreach students from the Program as well the potentials recorded by them in the health service units in Maceió, Alagoas. **Method:** It is an experience report on continuing education activities carried out with health workers, addressing equity, health inequities, gender diversity, sexuality, and racism. It was conducted by Working Group 2 of the Program and it was coordinated by two public state universities between 2024/2025. **Results:** The activities fostered advances in understanding the themes, interdisciplinary integration, theory-practice interaction, and the valuation of health education, despite challenges such as structural barriers, resistance, and professional unavailability. **Conclusion:** The Program has significantly ensured positive impacts on students' education and sensitized professionals to equity, promoting changes in health practices, even in the face of the challenges encountered.

Keywords: PET-Saúde; Outreach activities; Equity; Sustained education.

Introdução

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) foi instituído em 2008 (Brasil, 2024) e vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde. Tem como objetivo fomentar a integração ensino-serviço-comunidade, aprimorando, no contexto do serviço, o conhecimento dos profissionais e estudantes da saúde, por meio da interação ativa (Brasil, 2008).

O PET-Saúde: Equidade referenciado neste relato atendeu ao chamamento público da SGTES, normatizado pelo Edital SGTES/MS nº 11, de 16 de novembro de 2023, e contemplou 150 projetos em todo o território brasileiro.

Segundo o edital, poderiam participar dos projetos do PET-Saúde: Equidade as secretarias de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal, em conjunto com Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas sem fins lucrativos, que desenvolvessem atividade curricular em serviços de saúde e oferecessem cursos de graduação nas áreas de saúde, das ciências humanas e ciências sociais aplicadas e em saúde coletiva autorizados pelo Ministério da Educação - MEC (Brasil, 2023a).

O PET é constituído por tutoras, preceptoras e monitores daquelas áreas do conhecimento, promovendo uma formação interdisciplinar que visa o aperfeiçoamento profissional dos estudantes e a adaptação curricular das universidades às necessidades de saúde da sociedade. O Programa aborda temáticas pontuais e, em sua 11ª edição, concentra o foco na Equidade (Brasil, 2023b), por meio da interação dialógica entre estudantes extensionistas e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tal temática é de extrema relevância no contexto da saúde para a população brasileira, pois se faz fundamental enfrentar as desigualdades derivadas dos determinantes sociais, como condições socioeconômicas, culturais e ambientais, as quais influenciam diretamente o bem-estar dos brasileiros. Promover a equidade na saúde exige entender como os determinantes sociais impactam a saúde, a fim de que sejam criadas políticas públicas que reduzam tais desigualdades e fortaleçam a atenção primária, além de aproximar os serviços às comunidades (Reis *et al.*, 2024).

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham papel crucial na promoção da equidade, especialmente no atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade, como pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e populações em situação de rua. Essas políticas buscam garantir acesso igualitário à saúde, considerando as necessidades específicas de cada grupo, cuja implementação requer ações focadas na transversalidade, capacitação profissional, gestão participativa, no combate a discriminações e na promoção de cuidados adequados (Siqueira *et al.*, 2017).

Ademais, a documentação de práticas que promovem a reflexão crítica sobre as políticas de equidade em saúde desempenha um papel essencial na evolução dessas ações, ajudando a sensibilizar os profissionais da área, destacando o impacto do Programa na formação e na prática profissional. Ao compartilhar aprendizados, é possível refletir sobre as complexidades do atendimento a grupos em vulnerabilidade e o desenvolvimento de novas abordagens que integrem a equidade em saúde (Daltro; Faria, 2019).

Este estudo teve como objetivo descrever os desafios enfrentados e as potencialidades identificadas durante as experiências vivenciadas em visitas a Unidades de Saúde (US) de um município da Região Nordeste do Brasil, de forma a documentar atividades de pesquisa e práticas extensionistas que contribuam para a reflexão crítica e para o aprimoramento das ações voltadas à promoção da equidade em saúde, permitindo não apenas compartilhar aprendizados, mas também valorizar o impacto do Programa na formação acadêmica e na prática profissional.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência acerca das atividades de educação permanente realizadas em US do segundo e quinto distritos de saúde do município de Maceió, pelo Grupo de Trabalho 2 (GT-2) do PET-Saúde: Equidade, articuladas pelas duas Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas Estaduais entre 2024/2025. O edital que regeu o processo de classificação dos projetos PET estipulou o requisito obrigatório de promoção de ações de educação pelo trabalho para a saúde com foco no fortalecimento da integração entre ensino, serviço e comunidade, de forma articulada entre o SUS e as IES.

A proposta submetida definiu as Pró-Reitorias de Extensão das duas universidades associadas como as representações institucionais de intermediação entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério da Saúde para a formalização do projeto. Em seus objetivos de atuação, ele estabelecia o compromisso com a produção científica e com a promoção de iniciativas capazes de dinamizar a prática extensionista e as ações acadêmicas no âmbito da extensão universitária no contexto da saúde pública dentro das US.

Conforme descrito no edital SGTES/MS nº 11 (2023b), os projetos contemplados realizam o cadastro dos participantes no Sistema de Informações Gerenciais do PET-Saúde (SIGPET). O foco do Programa está em ações educativas, de formação, integração e valorização de trabalhadores e futuros

profissionais da saúde, com atividades que envolvem ensino, pesquisa aplicada e extensão, os quais não necessariamente configuram pesquisa com seres humanos sujeita à avaliação ética formal via Plataforma Brasil.

As atividades do PET estão vinculadas ao SIGPET e às normativas específicas do Ministério da Saúde para o Programa, e estão em conformidade com o inciso 8º do parágrafo único do artigo 1º da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016), que excetua atividades realizadas com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento - sem finalidade de pesquisa científica e realizadas por alunos de graduação - da necessidade de registro pelo Sistema de Comitês de Ética na Pesquisa componentes da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa CEP/CONEP.

O projeto PET-Saúde: Equidade visa a fortalecer a integração ensino-serviço-comunidade e a promover a equidade na formação de profissionais para o SUS, com suas ações desempenhadas por alunos de graduação de cursos das áreas de saúde e ciências sociais aplicadas. Na produção dos relatórios de acompanhamento das atividades com os profissionais das US, não há a necessidade de identificação individual, e esses relatórios são destinados à complementação do exercício de observação no campo.

O relato de experiência é um tipo de produção do conhecimento representativo de uma vivência acadêmica e/ou profissional, vinculada a um dos pilares do ensino, pesquisa ou extensão da formação universitária. Sua característica principal é a descrição da intervenção (Mussi; Flores; Almeida, 2021), transmitindo conhecimento com aporte científico, de forma detalhada (Grollmus; Tarrés, 2015).

Como instrumentos de construção do relato de experiência, foram utilizadas as técnicas de Pesquisa Participante e Observação Participante/Não-Participante. A observação participante ocorreu durante os encontros, com discussões baseadas nas temáticas planejadas, com aulas expositivas, debates em grupo e dinâmicas. A observação não participante resultou da supervisão de tutoras/preceptoras às apresentações conduzidas por monitores, permitindo a análise da interação e participação de trabalhadores nas atividades propostas.

A fundamentação teórica do estudo apoiou-se em artigos científicos relacionados ao Programa PET-Saúde: Equidade, relatos de experiências de outros grupos extensionistas do Programa, legislações pertinentes ao PET-Saúde e letramentos sobre as temáticas centrais do Programa, além da análise dos relatórios produzidos como resultado de visitas de campo realizadas às três US do SUS designadas.

Os letramentos ocorreram nos auditórios da IES pública que disponibiliza cursos da área de saúde - devido à maior concentração de tutores e monitores - e na Escola de Governo de Alagoas, entre maio e dezembro de 2024, seguindo temas propostos pela Portaria GM/MS nº 230 (Brasil, 2023b): equidade de gênero e raça, pessoas com deficiência, enfrentamento da violência, acolhimento das trabalhadoras, saúde mental, maternagem e interseccionalidades. A educação permanente foi a temática que interligou todos os assuntos abordados nos letramentos.

Esses letramentos consistiram em palestras com docentes de IES públicas estaduais e federal e de uma IES particular. Representantes de associações e movimentos englobados pelas temáticas do PET-Saúde: Equidade apresentaram oficinas direcionadas sobre a história e as repercussões sociais e políticas referentes às questões raciais e de gênero. Agentes públicos vinculados à Secretaria da Cidadania e da Pessoa com Deficiência participaram de mesas-redondas para discutir sobre a temática da assistência cidadã às pessoas com deficiência. Profissionais de Psicologia e Direito coordenaram rodas de conversa sobre maternagem, maternidade e direitos da mulher gestante.

A Escola de Governo de Alagoas (Alagoas, 2024), em conjunto com a organização Motriz, ofereceu o treinamento Trilha da Equidade, em que foram abordados os temas da Raça, Gênero, Equidade, Sexualidade, Políticas Públicas, Sexismo, Interseccionalidades, Segurança Psicológica, Acolhimento e Humanização nas Relações Pessoais. O processo de conclusão dos letramentos consistiu em seminários orientados pelos tutores e apresentados pelos monitores para todos os componentes do PET-Saúde: Equidade e convidados, em um evento de encerramento da fase preparatória, anterior às visitas externas.

O GT-2 do PET-Saúde: Equidade compunha-se de duas tutoras, duas preceptoras, seis monitoras e dois monitores de cursos de graduação das áreas de Administração Pública, Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. As US foram designadas após contatos e pactuação das tutoras e preceptoras, e as atividades ocorreram nos horários de saída ou de chegada das equipes de trabalho, uma vez por semana, com duração de 50 a 60 minutos, entre agosto e dezembro de 2024.

As apresentações dos temas nas US foram estruturadas em atividades com formatos diversificados, conduzidas pelos monitores, planejadas utilizando metodologias ativas para promover a participação dos trabalhadores, considerando a necessidade de análise das transformações metodológicas no processo de formação dos profissionais de saúde (Mitre, 2008). As estratégias incluíram exposição do tema através de projeções ou vídeos, dinâmicas associativas, estudos de caso representando vivências no ambiente da US, problematização da realidade, momentos de reflexão coletiva, rodas de conversa e entrevista com uma convidada do segmento LGBTQIAPN+.

Como recursos, foram utilizadas projeções com textos explicativos, imagens livres de direitos autorais, matérias jornalísticas de caráter público e vídeos de noticiários. Foram desenvolvidos materiais impressos e artefatos específicos para ilustrar questões de gênero e de raça e jogos temáticos para compor as dinâmicas, seguindo as diretrizes pedagógicas e as orientações institucionais dos setores de Extensão das IES envolvidas, a fim de alcançar o alinhamento ideal entre a atuação da academia para fora de seus muros, adentrando espaços de atuação profissional reais, com contextos complexos e atravessados por interseccionalidades.

Os cuidados éticos tomados garantiram o respeito e a dignidade dos participantes envolvidos nas apresentações, os quais foram informados sobre os objetivos do Programa e concordaram em participar de forma voluntária, respeitando normas de confidencialidade e privacidade. Os monitores foram orientados a promover um ambiente inclusivo, assegurando que todas as vozes fossem ouvidas e respeitadas, sem qualquer imposição para a participação nas atividades.

Atividades desenvolvidas

A atividade inicial do GT-2 teve como objetivo apresentar a proposta e as diretrizes do PET-Saúde: Equidade aos trabalhadores das unidades, introduzindo os conceitos de equidade, iniquidade, igualdade e desigualdade para avaliar seus conhecimentos prévios sobre a temática. Para isso, foram realizadas dinâmicas interativas, incluindo apresentação oral, caça-palavras com termos-chave do projeto e atividade de associação de palavras com imagens relacionadas àqueles conceitos.

Em seguida, esses termos foram aprofundados por meio de uma exposição teórica com slides e apresentação das definições de cada palavra, seguida da resolução em grupos de casos práticos aplicados ao contexto da saúde e uma dinâmica de verdadeiro ou falso para fixação do conteúdo. As atividades foram conduzidas pelos monitores utilizando materiais impressos e recursos audiovisuais.

A fim de estimular o engajamento sobre gênero e orientação sexual, uma profissional transexual foi convidada para compartilhar sua trajetória até se tornar profissional de saúde e suas experiências nos serviços da área, expondo as situações em que prestou atendimento a pessoas cisgênero e sofreu discriminação, sendo, em contraste, considerada profissional de referência por pacientes transgênero. Esse momento permitiu que os profissionais da unidade pudessem visualizar em diferentes âmbitos a assistência e a interação entre a equipe e o paciente. A profissional concluiu sua fala interligando os contextos social, político e profissional e as interseccionalidades com a saúde da população trans.

O conteúdo sobre gênero foi consolidado por meio de uma dinâmica destinada a avaliar o conhecimento dos trabalhadores sobre identidade e expressão de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Foram utilizados cartões contendo termos e seus significados, seguidos de explicações acompanhadas de exemplos ilustrativos para tornar a compreensão mais acessível. Os participantes foram incentivados a associar diretamente os cartões com base no vocabulário apreendido durante o momento com a convidada. Em seguida, cada conceito foi explicado detalhadamente para reforçar a compreensão tanto individual quanto coletiva, além de proporcionar um espaço para esclarecimento de dúvidas.

Também foi oportunizado um espaço para que os trabalhadores da unidade pudessem fazer perguntas, resultando em um momento enriquecedor de troca de experiências. Durante essa interação, os monitores tiveram a oportunidade de compreender melhor a vivência e os desafios enfrentados por uma pessoa trans na área da saúde, ampliando sua percepção sobre a importância da inclusão.

Inspirada na temática de gênero e suas correlações, foi abordada a orientação sexual e a identidade de gênero dentro da sigla LGBTQIAPN+, esclarecendo seu significado e suas implicações. Realizou-se uma apresentação expositiva, relacionando cada definição à sua respectiva letra, seguida de exemplos do cotidiano. Também foi utilizado um cartaz para que os profissionais testassem seus conhecimentos, associando cada conceito à letra correspondente da sigla.

Para finalizar a abordagem da temática de gênero, foi proposta uma atividade de bingo, tanto para fixar as definições abordadas quanto para descontrair a equipe de trabalhadores. Nessa atividade, aqueles que completavam uma coluna ou uma linha da cartela do bingo teriam que responder a um questionamento sobre o tema.

O tema racismo foi abordado em uma atividade estruturada em quatro momentos, planejados com cautela, devido às repercussões na esfera criminal de práticas de discriminação e preconceito, de forma que os trabalhadores entendessem o papel social que ocupam dentro da temática. No primeiro momento, foi realizada uma apresentação em slides, abordando o contexto histórico, o impacto do racismo no cotidiano e na saúde, estratégias de combate na prática profissional e expressões racistas normalizadas.

O momento seguinte consistiu em uma dinâmica de associação, com o objetivo de tornar a compreensão geral mais acessível. Foram realizadas atividades com imagens para ilustrar diferentes formas de racismo – individual, cultural, recreativo, religioso, estrutural, institucional – e suas respectivas definições. Seguiu-se um exercício prático, no qual os profissionais analisaram casos de tratamento desigual de pacientes negros na saúde, propondo soluções e relacionando os conceitos discutidos.

No momento final, houve a associação do conteúdo apresentado com as consequências jurídicas que ele envolve, por meio de uma explicação detalhada sobre preconceito racial, discriminação racial, racismo e injúria racial, destacando suas diferenças, a legislação vigente e casos reais de crimes de racismo na área da saúde. Os participantes analisaram esses casos, sugeriram medidas para enfrentá-los e conectaram as discussões teóricas à prática profissional.

A atividade de revisão geral teve como objetivos reforçar as definições conceituais apresentadas no período de visitas de campo, bem como trabalhar a ideia de interseccionalidade de forma indireta, estudando as identidades sociais que nos formam por meio do reaproveitamento de atividades trabalhadas anteriormente, além da criação de novas atividades complementares, adaptadas às equipes e às US, para estimular a participação de todos.

Inicialmente, foi realizada uma apresentação oral abrangendo todas as temáticas estudadas, acompanhada de uma projeção de imagens para auxiliar na memorização dos conceitos pelos participantes. Em seguida, foram aplicadas questões subjetivas e de múltipla escolha contextualizadas, permitindo a fixação dos conteúdos discutidos. Paralelamente, utilizou-se um tabuleiro com casas marcadas, no qual os participantes avançavam conforme respondiam corretamente às perguntas, até alcançarem a última etapa do jogo. Para finalizar, os conhecimentos foram testados por meio de um teste virtual, composto por dez questões temporizadas, que abordavam todas as temáticas trabalhadas, incluindo imagens e vídeos seguidos de perguntas específicas.

Para encerrar o ciclo, o último encontro buscou refletir sobre os efeitos que o PET-Saúde obteve ao longo dos meses nas US. Em uma dinâmica, um barbante foi passado de participante para participante, para que cada pessoa compartilhasse sua opinião antes de entregá-lo ao colega. As interconexões formadas entre eles e entre as ideias que expunham resultaram em uma teia simbólica que os interligava, representando tudo o que foi construído ao longo desse tempo.

Os profissionais expuseram os pontos positivos e negativos do programa e qual a sua importância, realizando uma avaliação coletiva com a finalidade de direcionar a equipe para os próximos semestres. Foi dado grande destaque, por parte das equipes de saúde, à realização de rodas de conversas e palestras com pessoas representativas das temáticas abordadas pelo PET, tanto pela presença e posicionamento profissional dessas pessoas quanto pelo potencial aprendido através de suas vivências.

Resultados e discussão

Entre as potencialidades das atividades extensionistas propostas nas visitas presenciais nas US, destacam-se avanços significativos, como maior clareza nas explicações, melhor compreensão dos temas abordados, promoção de espaços acolhedores para diálogo, valorização da relação entre educação e saúde, integração interdisciplinar, compreensão da interseccionalidade e aprimoramento acadêmico dos monitores.

As metodologias lúdicas adotadas, aliadas ao uso de linguagem simples e clara, bem como à adoção de exercícios de problematização para tratar de temas como racismo, gênero e equidade, resultaram em maior compreensão pelos participantes. Os encontros criaram espaços seguros, nos quais os profissionais puderam compartilhar experiências pessoais no ambiente de trabalho relacionadas às temáticas abordadas, expressar opiniões e esclarecer dúvidas.

Conforme Fonseca e Mattar (2017), dentre outras estratégias, as metodologias ativas adotam a aprendizagem baseada em problemas da realidade como uma ferramenta eficaz para o processo educativo, promovendo maior interação dialógica e despertando o interesse dos aprendizes. Essa abordagem permite que os alunos se envolvam de forma mais significativa, desenvolvendo habilidades críticas e reflexivas.

Ao se depararem com um problema, eles estão habilitados a ressignificar suas descobertas. Assim, o sujeito assume um papel cada vez mais protagonista, deixando de ser um mero espectador

e receptor de informações para tornar-se um agente ativo na busca por conhecimentos que sejam relevantes tanto para a realidade problematizada quanto para seus objetivos de aprendizagem (Lima *et al.*, 2020).

Com essa proposta em mente, foi definido pelo GT-2 que seria importante dar voz a profissionais da saúde que pudessem representar as temáticas abordadas por meio de palestras. A experiência dos monitores ao acompanhar a fala da profissional transexual destacou a importância da interseccionalidade na compreensão das múltiplas formas de opressão. A abordagem vivencial da palestrante não apenas ampliou a compreensão dos temas abordados, mas também proporcionou um ambiente de maior empatia e reflexão. A interação com profissionais que vivenciam essas interseções permitiu reconhecer a relevância da alteridade na construção do conhecimento e a necessidade de perspectivas mais inclusivas e flexíveis.

Essa vivência reforça a concepção de interseccionalidade, definida por Crenshaw (2002), que propõe a análise das consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diversos eixos de subordinação, como gênero, raça, classe, etnia, nacionalidade, religião, sexualidade, geração e habilidade/deficiência. Esses fatores se sobrepõem e interagem de maneira complexa, gerando desigualdades estruturais que influenciam as posições sociais dos indivíduos (Pereira, 2021).

Nesse sentido, a interseccionalidade torna-se uma ferramenta essencial para reconhecer e enfrentar múltiplas formas de opressão, possibilitando uma análise aprofundada das exclusões sociais e a construção de estratégias eficazes para a promoção da equidade (Crenshaw, 2002). Assim, ao vivenciar essa perspectiva em um contexto prático, os monitores puderam compreender de forma mais ampla como a interseccionalidade se manifesta na sociedade e qual é a importância de incorporá-la em iniciativas voltadas à equidade.

A análise isolada de cada temática permite uma compreensão mais clara de como os diferentes eixos de opressão interagem e moldam os papéis sociais, políticos e estruturais da sociedade, centralizando os debates nas desigualdades produzidas pelas interseccionalidades. Nesse sentido, a revisão de cada conteúdo abordado representa uma estratégia essencial para aprofundar a compreensão da perspectiva interseccional, alinhando teoria e prática.

O ambiente favorável oferecido aos trabalhadores da saúde fomentou um diálogo construtivo e enriquecedor, potencializando o aprendizado coletivo entre os profissionais, estimulando reflexões contextualizadas, ampliando a conscientização individual e de equipe e contribuindo para a aplicação mais consistente dos princípios de equidade em saúde na prática cotidiana, tanto no contexto dos profissionais entre si como no atendimento aos usuários.

A experiência vivida nesse processo, que transita entre teoria e prática, possibilitou aos monitores contribuir ativamente para a transformação das práticas de saúde. Esse enfoque fortalece, também, o papel dos monitores como agentes de mudança, no desenvolvimento de habilidades não apenas técnicas, mas também de comunicação e empatia, essenciais para uma prática profissional que respeite os princípios do SUS e atenda às necessidades da população de forma mais eficiente e inclusiva.

A abordagem adotada pelo grupo está alinhada ao que preconiza a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que busca contribuir para a organização dos serviços de saúde por meio da qualificação e transformação das práticas em saúde, enfatizando a formação e o desenvolvimento contínuo dos profissionais e trabalhadores da área, promovendo a integração entre ensino e serviço, com o objetivo de fortalecer os princípios fundamentais do SUS (Brasil, 2014).

A criatividade foi um elemento central, pois cada encontro exigia originalidade para captar a atenção dos profissionais e facilitar o aprendizado. Esse exercício contínuo de inovação não só aprimorou a qualidade das atividades, mas também contribuiu para o desenvolvimento das competências dos monitores, ampliando seus conhecimentos acadêmicos e extensionistas por meio de pesquisa criteriosa, do estudo aprofundado e de ações de extensão planejadas e promotoras da interação idealmente transformadora entre universidade e setores da sociedade.

A elaboração das atividades desafiou os monitores a adotar uma abordagem crítica e reflexiva sobre temas complexos, promovendo um ambiente de aprendizado mais dinâmico e colaborativo. A interação constante com os participantes e a necessidade de adaptar o conteúdo a diferentes contextos e necessidades aprimoraram suas habilidades de comunicação e gestão de grupos, essenciais para a prática profissional. Além disso, a troca de experiências com os participantes proporcionou uma vivência prática que complementou o conhecimento teórico, tornando a atuação dos monitores mais rica e multifacetada.

Conforme apontado por Lima e outros (2020), a formação em saúde, quando alinhada e articulada com os princípios do SUS, tem se mostrado fundamental para a reestruturação dos processos de ensino e aprendizagem. Esse movimento tem propiciado a criação de novos arranjos formativos, que incentivam a adoção de práticas mais humanizadas e interdisciplinares. Tais mudanças promovem maior diversidade e diferenciação em relação ao modelo biomédico tradicional de profissionalização, contribuindo para a construção de uma abordagem mais holística e inclusiva no cuidado à saúde.

O trabalho conjunto e a integração com acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento enriqueceram as formações dos monitores, preparando-os para enfrentar diferentes situações e desafios em suas trajetórias profissionais. Tal potencialidade é enxergada por Margoto e outros autores (2024), no sentido de que a educação interprofissional pode desempenhar um papel fundamental na reorientação da formação e do trabalho em saúde, contribuindo para a superação dos desafios na execução de serviços.

Ainda conforme assevera Margoto *et al.* (2024), essa abordagem promove a construção do conhecimento por meio da interação entre diferentes profissionais, estimulando o desenvolvimento de atitudes e habilidades colaborativas, essenciais para uma prática mais integrada e eficaz no cuidado em saúde. A integração interdisciplinar não apenas fortaleceu as formações acadêmicas, mas também reforçou a importância de envolver um maior número de atores para efetivar a promoção da equidade em saúde.

Em relação aos desafios, destacaram-se barreiras estruturais, limitações na disponibilidade dos profissionais, incompatibilidade de horários, falhas de comunicação, resistência aos temas abordados e indisponibilidade para participação dos profissionais das unidades de saúde, os quais serão detalhados a seguir. Alguns desses desafios extrapolam as possibilidades de atuação extensionista, sem, contudo, terem afetado diretamente o desenvolvimento das ações de extensão propostas.

Foram identificadas barreiras estruturais significativas, com destaque para a limitação de recursos. Observou-se a ausência de um espaço físico adequado para a realização das atividades com os profissionais de saúde, o que levou à improvisação de ambientes alternativos, como recepções ou salas de reunião, que frequentemente eram compartilhadas para outros fins. Além disso, no que diz respeito aos recursos de mídia, as unidades não dispunham de equipamentos apropriados para o desenvolvimento das atividades. Diante dessa limitação, foi necessário adaptar-se, utilizando equipamentos pessoais para viabilizar as ações planejadas.

Esse cenário pode ser atribuído à má distribuição de recursos financeiros. Conforme identificado por Almeida *et al.* (2018) e ratificado por Kashiwakura e outros autores (2021), existe uma relação direta entre o investimento per capita e a infraestrutura das US, sendo que maiores investimentos geralmente resultam em melhores condições estruturais. No entanto, o estudo revela que regiões com menores indicadores socioeconômicos, como o Norte e o Nordeste, possuem US em condições precárias devido à alocação inadequada de recursos, o que perpetua deficiências estruturais e a falta de equipamentos, enfraquecendo iniciativas indutoras da integralidade em saúde e comprometendo a qualidade das práticas desenvolvidas.

Foram observados períodos de alta demanda nas unidades visitadas, caracterizados por uma grande sobrecarga de atividades e atendimentos, o que dificulta significativamente a disponibilidade dos profissionais para participar de iniciativas ou atividades paralelas às suas funções primárias. Essa constatação evidencia a necessidade de um planejamento mais eficaz e estratégico, que leve em consideração horários de pico de trabalho e busque agendar as ações de maneira a não interferir diretamente nas rotinas já sobrecarregadas dos profissionais. Dessa forma, é possível equilibrar o desenvolvimento profissional com a manutenção da qualidade do atendimento, assegurando a harmonia e a eficácia necessárias aos serviços de saúde.

Consequentemente, uma das dificuldades mais significativas observadas foi a incompatibilidade de horários entre monitores, preceptores e profissionais da saúde, o que gerou obstáculos até mesmo na realização de reuniões essenciais para a articulação e o planejamento das atividades. Os conflitos de horário não só dificultaram a organização de encontros, mas também impactaram o engajamento de todos os envolvidos no processo formativo.

Essa questão não é exclusiva deste contexto específico. O estudo de Farinha e outros autores (2023) identificou desafios semelhantes no âmbito da educação interprofissional, evidenciando que a disponibilidade limitada de estudantes e profissionais, em virtude dos horários díspares das práticas, impacta diretamente na organização e execução das atividades propostas. A dificuldade na conciliação de agendas se configura como uma realidade recorrente, que ultrapassa o contexto local e se reflete em diversas esferas da educação em saúde.

Para mitigar essa limitação, foi necessário adaptar as ações, concentrando-as nos períodos de troca de turno, quando há maior disponibilidade de profissionais. Essa estratégia teve por finalidade abranger o maior número possível de participantes e assegurar que os monitores conseguissem se envolver nas atividades de forma mais inclusiva e eficaz, aproveitando ao máximo os momentos de transição de turnos. Embora essa abordagem tenha permitido maior participação, ela evidenciou a necessidade de otimização das janelas de disponibilidade para uma gestão mais eficiente das agendas de todos os envolvidos.

No que diz respeito aos conteúdos abordados, em todos os campos de prática identificou-se certo desconhecimento sobre o conceito e a aplicabilidade da equidade em saúde, bem como sobre termos correlatos (equidade/iniquidade, igualdade/desigualdade), que frequentemente eram interpretados como sinônimos. Diante disso, tornou-se evidente a necessidade de promover discussões periódicas e aprofundadas sobre esses temas em todas as atividades realizadas.

Tal fato permitiu à equipe perceber que esclarecer dúvidas conceituais sobre equidade é essencial para garantir sua aplicação efetiva na saúde, respeitando as necessidades dos diferentes grupos. Isso permite a formulação de políticas mais justas, melhorando indicadores de saúde e a percepção da população sobre os serviços (Barros; Souza, 2016).

Também foi observada resistência, por parte de alguns participantes, em discutir temas sensíveis, como gênero e racismo, com episódios de falas preconceituosas reproduzidas de forma velada e uma dificuldade em reconhecer os vieses discriminatórios presentes nas situações apresentadas. Esse cenário sugere lacunas no conhecimento teórico atualizado e enfatiza a importância de um trabalho pedagógico contínuo, capaz de abordar essas questões de maneira mais eficaz e reflexiva.

Além disso, notou-se uma queda na participação, especialmente no turno da tarde, quando o engajamento nas atividades diminuiu consideravelmente. Muitos profissionais mostraram pouca interação, evitando expressar opiniões, levantar dúvidas ou fazer comentários durante as discussões.

Tal resistência pode ser decorrente de barreiras institucionais e culturais que dificultam a colaboração entre diferentes categorias profissionais. Pesquisas recentes, como as realizadas por alunos de mestrado em gestão de serviços de saúde, apontam que essa resistência pode refletir um modelo de trabalho fragmentado, que limita a troca de saberes e experiências, prejudicando tanto a qualidade da assistência quanto a eficácia das equipes. Isso justifica a necessidade de repensar as abordagens metodológicas, com o objetivo de incentivar o envolvimento genuíno e a reflexão coletiva, como sugerido por Spagnol e outros autores (2022).

Nesse contexto, a tutoria e a preceptoria desempenharam um papel essencial ao colaborar com os gestores das unidades para enfatizar a importância do Programa, além de atuar na negociação e pactuação da agenda de encontros com a direção. Esse esforço teve como objetivo alinhar as atividades, buscando criar condições para ampliar a adesão dos profissionais. Contudo, apesar desses esforços conjuntos, os gestores enfrentam limitações significativas em relação ao controle da participação dos colaboradores, pois muitos profissionais começam ou finalizam seus atendimentos de maneira autônoma, sem considerar a agenda das atividades programadas, o que dificulta a adesão plena ao Programa.

Esse cenário revela a urgência de buscar estratégias que não apenas superem as barreiras institucionais, mas também incentivem um maior envolvimento dos profissionais. A introdução de práticas mais inclusivas e flexíveis, capazes de se adaptar às diferentes realidades das equipes e às limitações estruturais, é fundamental para fortalecer a colaboração entre os diversos atores envolvidos. Ao considerar as necessidades específicas dos profissionais e as demandas do ambiente de trabalho, será possível ampliar o impacto das ações voltadas à educação permanente, garantindo que as propostas formativas se integrem de forma mais eficaz à rotina das US, favorecendo a equidade reversa.

Apesar das dificuldades enfrentadas, acredita-se que as ações realizadas tenham alcançado resultados positivos, especialmente ao considerar que o trabalho foi executado e ajustado conforme as possibilidades e necessidades identificadas ao longo do processo. O envolvimento no grupo PET-Saúde foi percebido como uma experiência enriquecedora para todos os participantes, especialmente pela natureza inovadora da vivência, que exige coletividade, engajamento e criatividade.

Independentemente dos desafios, a adaptação contínua e a busca por alternativas viáveis garantiram que os objetivos do Programa fossem atingidos de maneira satisfatória, promovendo o crescimento tanto individual quanto coletivo. Isso reflete a importância da inovação e adaptação no desenvolvimento de iniciativas de educação permanente, pois são essas qualidades que asseguram a relevância e a eficácia das ações ao longo do tempo.

Nas avaliações realizadas pelos monitores, em conjunto com preceptores e tutores, percebeu-se que as atividades desenvolvidas pelo GT-2 foram compatíveis com as metas iniciais do PET-Saúde: Equidade. O quadro 1 apresenta um resumo das potencialidades identificadas e desafios registrados durante as visitas às US designadas no projeto de extensão PET-Saúde: Equidade:

Quadro 1: Resumo dos desafios detectados e potencialidades verificadas nas visitas às US durante as atividades de extensão do GT-2 do PET Saúde: Equidade

Desafios detectados	Potencialidades identificadas
Dificuldades estruturais como a ausência de espaço adequado e recursos de mídia para as apresentações.	Maior clareza nas explicações através da abordagem de problematização.
Limitações na disponibilidade dos profissionais devido à alta demanda de atendimento nas US.	Melhor compreensão dos temas abordados com o compartilhamento de experiências dos participantes.
A incompatibilidade de horários da equipe PET comprometeu a realização de reuniões e o planejamento das ações.	Promoção de ambientes propícios para diálogo qualificado.
Falhas de comunicação para compreensão e viabilização das ações.	Valorização da relação entre educação e saúde por meio da qualificação e transformação das práticas em saúde.
Resistência por parte de alguns participantes em discutir temas sensíveis, como gênero e racismo.	Integração interdisciplinar com a participação de monitores das áreas da saúde e das ciências sociais aplicadas.
Indisponibilidade de profissionais das US para participarem das ações programadas.	Compreensão das interseccionalidades e sua incorporação em ações voltadas à promoção da equidade.
Necessidade incessante de preceptores para adequar as ações às especificidades de cada US.	O aprimoramento acadêmico dos monitores, potencializado pelo desenvolvimento de habilidades críticas, reflexivas e de gestão de grupos.

Fonte: elaborado pelos autores

As ações relatadas – como dinâmicas interativas, exposições teóricas, rodas de conversa, atividades lúdicas e a participação de uma profissional transexual – demonstraram uma abordagem mais estimulante e inclusiva, alinhada ao objetivo de promover a equidade, o respeito à diversidade, à consciência das estruturas sociais de raça e gênero e a integração ensino-serviço-comunidade.

A ênfase em temas como gênero, orientação sexual, racismo e interseccionalidade, bem como o estímulo ao diálogo e à reflexão crítica, mostraram adequação e consonância com a proposta de formar profissionais sensíveis às questões sociais e preparados para atuar de maneira ética e humanizada, conforme previsto nos objetivos do PET-Saúde. As temáticas trabalhadas foram essenciais para que os profissionais de saúde participantes das apresentações pudessem perceber a existência de manifestações de violência dentro de suas práticas de trabalho, algumas das quais foram expostas nas discussões em grupo.

Além disso, os resultados obtidos – como o fortalecimento do vínculo entre educação e saúde, o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas, a valorização da interdisciplinaridade e a criação de espaços acolhedores para o diálogo – reforçam a efetividade das estratégias adotadas. A experiência prática relatada pelos monitores e profissionais participantes contribuiu para o início de um processo de transformação das práticas de saúde nas unidades visitadas, promovendo uma atuação mais inclusiva e alinhada aos princípios do SUS.

A superação de desafios estruturais e a busca por inovação nas metodologias reforçam o compromisso do Programa com a formação continuada e a educação permanente na trilha da promoção da equidade. Assim, a conexão entre os resultados e os objetivos iniciais do PET-Saúde se mostra sólida, indicando que as ações implementadas foram compatíveis e essenciais para o alcance das metas propostas pelo GT2 do PET-Saúde: Equidade até o momento.

Conclusão

O Programa PET-Saúde Equidade desempenha um papel essencial na formação acadêmica e na capacitação contínua dos profissionais de saúde. As visitas realizadas às US propiciaram contato direto com a realidade do sistema de saúde, permitindo aos participantes uma compreensão aprofundada das complexidades envolvidas no atendimento, da centralidade do papel dos trabalhadores do SUS e da relevância da equidade na prática profissional.

As atividades de campo, embora desafiadoras, revelaram importantes questões relacionadas à implementação das políticas de equidade. Entre os desafios, destacam-se o desconhecimento de alguns profissionais sobre os determinantes sociais da saúde e a resistência em adotar práticas mais inclusivas. No entanto, também surgiram aspectos positivos, como o engajamento ativo dos trabalhadores das US nas atividades propostas, o interesse crescente por temas como gênero, orientação sexual e racismo, a disposição para refletir e modificar suas práticas profissionais e ambientes de trabalho, além de estimular a interdisciplinaridade da equipe de trabalho, destacando a importância de abordagens integradas no cuidado à saúde.

Todo o caminho percorrido desde seu lançamento até a produção deste relato tem mostrado que o Programa conseguiu reafirmar seu compromisso com a educação permanente e sua conformidade com os princípios definidos pela normativa que o instituiu, promovendo a interdisciplinaridade entre as áreas da saúde e ciências sociais aplicadas, e valorizando a extensão universitária como eixo central para o fortalecimento do ensino e da pesquisa nas instituições de ensino superior, impactando positivamente a formação universitária.

Embora os desafios persistam, os resultados alcançados demonstram a relevância do PET-Saúde Equidade, com perspectivas de contribuir sistematicamente para a transformação gradual da cultura e das práticas de saúde, promovendo uma visão mais inclusiva e humanizada nos serviços prestados e atuando significativamente para o aperfeiçoamento da qualificação acadêmica e da educação permanente, integradas aos processos de atuação profissional.

Referências

- ALAGOAS. SESAU e Escola de Governo encerram primeira turma da Trilha Formativa da Equidade para profissionais do SUS. **Portal do Governo de Alagoas**, Maceió, 23 maio 2024. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/sesau-e-escola-de-governo-encerram-primeira-turma-da-trilha-formativa-da-equidade-para-profissionais-do-sus>. Acesso em: 24 maio 2025.
- ALMEIDA, P. F.; FAUSTO, M. C. R.; GIOVANELLA, L.; MEDINA, M. G.; BOSQUAT, A.; MENDONÇA, M.H. Atenção primária à saúde e coordenação do cuidado no SUS. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe. 1, p. 244-260, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/N6BW6RTHVf8dYyPYYJqdGkk>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- BARROS, F. P. C.; SOUSA, M. F. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9–18, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Kdc66VGb5mXkMnHThYkzVPv/>. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.802, de 26 de agosto de 2008. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 ago. 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri1802_26_08_2008.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 278, de 27 de fevereiro de 2014. Institui diretrizes para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 fev. 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0278_27_02_2014.html. Acesso em: 02 fev. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 abr. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 25 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 230, de 7 de março de 2023. Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde – SUS, 2023a. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-230-de-7-de-marco-de-2023-468487936>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital SGTES/MS nº 11, de 16 de setembro de 2023. Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde: Equidade, 2023b. **Diário Oficial da União**: seção 3, n. 218, p. 189, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-sgtes/ms-n-11-de-16-de-setembro-de-2023-523637034>. Acesso em: 24 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde): histórico e edições. Atualizado em 2024. Disponível em: <https://petsaude.org.br/sobre/historico-do-pet-saude>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPNJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 145-155, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812019000100013&script=sci_abstract. Acesso em: 30 jan. 2025.

FARINHA, L. A. *et al.* Educação interprofissional nas práticas de integração ensino-serviço-comunidade: perspectivas de docentes da área de saúde. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0212pt>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FONSECA, S. M.; MATTAR, J. Metodologias ativas aplicadas à educação a distância: revisão da literatura. **Revista EDaPECI**, [S. l.], v. 17; n. 2, p. 185-197, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/6509>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GROLLMUS, N. S.; TARRÈS, J. P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, [S. l.], v. 16, n. 2, maio 2015. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/download/2207/3810/9561>. Acesso em: 21 jan. 2025.

KASHIWAKURA, K. H.; GONÇALVES, A. O.; AZEVEDO, R. R.; NUNES, A.; SILVA, C. A. T. Retrato da atenção básica no Brasil: gastos e infraestrutura em municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 371-380, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4N3tPbtCH55rNK8Jp78ZC3d/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2025.

LIMA, W. L. S. *et al.* Percepções sobre a importância da educação interprofissional na formação dos profissionais de saúde: relato de experiência de um grupo do PET-Saúde/Interprofissionalidade. **Revista de Saúde Coletiva da UEFS**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 82-89, 2020. Disponível em: <https://ojs3.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/5152>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MARGOTO, P. *et al.* Interprofissionalidade na formação acadêmica: perspectivas docentes nos cursos da área da Saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. e42404, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/42407>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MITRE, S. M. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência e Saúde Coletiva**, FapUNIFESP, v. 13, n. 2, p. 2144-2133, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/77823259/Metodologias_ativas_de_ensino_aprendizagem_na_forma%C3%A7%C3%A3o_profissional_em_sa%C3%BAde_debates_atuais. Acesso em: 7 fev. 2025.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2025.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5g-NPpkm7MjMG6D5c/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

REIS, B. M. R. *et al.* Desafios e caminhos para a equidade em saúde na atenção primária. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 24, n. 8, p. e14473, 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/14473>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SIQUEIRA, S. V. A. *et al.* Políticas de promoção de equidade em saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 22, n. 5, p. 1643-1652, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017225.33552016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Hmkm-tw9NYb5cVtfZwJqb36c/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SPAGNOL, C. A. *et al.* Interprofissionalidade e interdisciplinaridade em saúde: reflexões sobre resistências a partir de conceitos da Análise Institucional. **Saúde em Debate**, v. 46 (spe6), p.185-195, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E616>. Acesso em: 23 mar. 2025.